



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

ANAIS ELETRÔNICOS

25 a 27 de abril
UEMG/CEFET-MG
Belo Horizonte (MG)

20
17

JUVENTUDES FEMININAS E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS¹

Laura A. C. Carvalho²
Ana Cláudia Ferreira Godinho³

- Resumo

O presente texto refere-se a uma pesquisa de Mestrado em Educação e Formação Humana que está em andamento, cujo objetivo geral é analisar as experiências de trabalho de mulheres jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública de São João Del Rei. Essa pesquisa dialoga com o eixo escolhido por problematizar temas relevantes para o processo histórico educacional e do mundo do trabalho. Inicialmente buscaremos compreender através desse texto a relação das juventudes com estudos na área educacional. Em seguida, tentaremos compreender as mudanças no mundo trabalho e o papel que a escola tem ocupado na vida das juventudes, no sentido da busca por emancipação social, cultural e socioeconômica, pois pressupomos que haja um constante crescimento no envolvimento entre si. Por fim, alguns estudos sobre gênero irão nos ajudar a problematizar a questão das mulheres jovens na perspectiva das experiências (VENDRAMINI, 2004, 2011) de trabalho que circulam na sociedade. Percebemos a necessidade de problematizar o modo como a escola lida com as desigualdades que emergem das juventudes de camadas populares na EJA e o modo como influência na construção de significados na vida de jovens mulheres trabalhadoras. A EJA tem um papel importante na vida de jovens que, por alguma razão, não terminaram o ciclo de formação no momento esperado. Dessa forma, a partir do levantamento bibliográfico foi possível encontrar autores que abordam estudos sobre juventudes (CARRANO, 2007; LEÃO, 2006; ABRAMO, 2007; e SPOSITO, 2010) para analisar no que esses/as ajudam a compreender sobre a relação dos/das jovens com a escola de EJA e a educação dos trabalhadores/as. Assim como, autores (as) que nos ajudam a compreender o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho HIRATA, (2007, 2010, 2016), KERGOAT (2009), LUZ (2009). . O conceito de experiência (VENDRAMINI, 2004, 2011) e o conceito de trabalho (FRIGOTTO, 2002) são as bases para a problematização no decorrer da pesquisa, construindo um diálogo com os temas discutidos. A pesquisa é qualitativa e será utilizado o método estudo de caso. Os instrumentos utilizados serão a observação participante em três turmas da Educação de Jovens Adultos na Escola Estadual Governador Milton Campos (Polivalente) e aplicação dos questionários para

1 Pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana Stricto Sensu Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - PPGE/FaE/CBH/UEMG.

2 Pedagoga pela FaE/CBH/UEMG, mestranda no PPGE Stricto Sensu Mestrado, FaE/CBH/UEMG. Email: laurantunesc@yahoo.com.br.

3 Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - PPGE-FaE-UEMG. E-mail: anaclaudia.godinho@gmail.com.

desenhar o perfil das turmas e das jovens mulheres. Em seguida, serão realizadas as entrevistas narrativas com as jovens trabalhadoras. A entrevista narrativa, ou contar histórias, é um método que preserva o discurso da informante sem influências da entrevistadora. Esse método teve sistematização principalmente por Schütze (1977; 1983; 1992) traçando novas técnicas na coleta de dados para as ciências sociais. Em síntese, a entrevista narrativa permite que a entrevistada ou informante discorra sobre suas experiências individuais, sobre aspectos de sua vida sem interrupções ou influências da entrevistadora, mantendo uma sequência de acontecimentos. Dessa forma acreditamos que a entrevista narrativa seja a mais adequada para se aproximar dos objetivos propostos na pesquisa. As experiências de trabalho das informantes serão preservadas integralmente de modo espontâneo, seguidas apenas de um tópico para nortear suas falas sem nenhuma influência da entrevistadora. Os resultados parciais apontam, a partir dos dados coletados, que na escola pesquisada possui um maior número de jovens mulheres estudantes da EJA, com trabalhos na área de serviços e/ou cuidados em sua maioria. As observações demonstram que nas turmas o tema trabalho surge em diversos momentos, principalmente na disciplina que venho acompanhando chamada DIM (Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho), na qual os temas criam discussões relacionadas ao mundo do trabalho. Percebemos a relevância da pesquisa pela necessidade de aprofundar nos temas escolhidos, assim como, contribuir nas transformações e, na construção de sujeitos críticos e reflexivos em sua ocupação na sociedade. Para a tomada de consciência de seus direitos, desconstruindo as desigualdades presentes no espaço escolar e no mundo do trabalho, principalmente na relação trabalho e escola, para as juventudes femininas.

Palavras-chave: Jovens; Mulheres; Trabalho; Divisão sexual do trabalho; Experiência.

- Introdução

Alguns estudos serão explorados no texto para que auxiliem na compreensão das discussões e seja possível traçar algumas contribuições. As/os autores/as trazem reflexões que problematizam a forma como as juventudes se relacionam com a escola, com o trabalho e também as discussões sobre gênero.

As abordagens trazem uma diversidade de perfis juvenis que ajudam a repensar o modo de ver as juventudes na atualidade e a buscar soluções para principalmente repensar o sistema educacional, a escola, no sentido de contribuir ainda mais para as juventudes na formação da identidade, social e culturalmente, para o trabalho, para o reconhecimento e empoderamento de gênero, dentre outros aspectos importantes que constroem suas vidas.

Compreendo que a Educação de Jovens e Adultos tem buscado problematizar especificidades importantes de mudanças para jovens nas relações sociais e do trabalho numa perspectiva de concretude. Noto a perspectiva de concretude como parte do direito à educação, no qual, abrange as especificidades de jovens e adultos no processo de escolarização, considerando principalmente as condições de trabalhadores e trabalhadoras e suas experiências no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho para essas pessoas, em meu entendimento e nas primeiras pistas das observações realizadas em campo, não abrange uma perspectiva de concretude, pois percebo

que a EJA não possibilita que essa perspectiva seja ao menos problematizada de acordo com a realidade. Figaro (2008, p.92) afirma que:

O mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la.

A autora aponta que o mundo do trabalho se constituiu e se transforma a partir das relações humanas e pelas atividades desenvolvidas pelos seres humanos nos espaços em que são realizadas, e o mesmo contribui para o desenvolvimento da sociedade culturalmente e socialmente como um processo dialético⁴ e dinâmico. A partir disso, entendo que compreender o espaço escolar é um desafio constante, porém, necessário de problematização, para que possamos traçar a realidade numa perspectiva social e cultural para possíveis transformações na compreensão do mundo do trabalho e suas experiências vivenciadas principalmente para as juventudes da EJA. Portanto, adiante apresento reflexões sobre as juventudes no espaço escolar e as diversidades presentes na EJA a partir dos estudos encontrados.

Segundo Dayrell (2008) a escola é um espaço “sociocultural”, que possui um conjunto de normas e regras a serem seguidas burocrática e hierarquicamente. Afirma também que é, principalmente, um espaço constituído por sujeitos sociais e que através destes/as surgem um conjunto de conflitos e tensões individuais ou coletivas. E essas tensões e conflitos caracterizam as transformações dentro da escola no seu cotidiano, criando uma vida dentro dela.

Pensar o espaço escolar como um espaço sociocultural requer primeiramente olhar para o sujeito, pois presumo ser esse/a que traz sentido para que a escola exista e faça parte do processo de aprendizado de saberes formais, e/ou básicos para a vida, para as relações sociais e do trabalho. Refletindo nesse sentido, é possível afirmar que na escola existem diferentes sujeitos no mesmo espaço. Esses emergem de diferentes classes e culturas da sociedade. “Dessa forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo” (DAYRELL, p.2).

Ou seja, a escola segue métodos e regras que Dayrell (2008) chama de “velho” (ou até mesmo ultrapassados) e, ao mesmo tempo, diante da realidade sociocultural advinda dos sujeitos existentes nela, o “novo”, possui o sentido da transformação. Para o autor, os sujeitos fazem parte do processo de aprendizado, mas também dos processos da realidade do cotidiano escolar. A diversidade encontrada no espaço escolar reafirma a necessidade de perceber esses

4 Materialismo dialético conceito utilizado por Paulo Freire.

sujeitos, como também compreender suas especificidades. Arroyo (2007) afirma que não podemos deixar de tratar o tema da diversidade ao problematizar a EJA na atualidade:

O tema da diversidade é um tema posto na nossa sociedade com especial destaque em décadas recentes. Diversidade de gênero, de raça, de território, a diversidade. Diversidade que se converteu em diferenças e em desigualdades. Hoje os movimentos sociais trazem uma marca, a marca de afirmar os coletivos diversos. De defender a diversidade, de não querer anular suas diversidades em políticas de integração, em espaços amorfos, sem rosto, sem cor. (ARROYO, 2007, p.12).

O autor questiona, por meio dessa afirmação, se é possível um projeto de EJA que contemple as diversidades e as especificidades desse movimento. Para ele, não podemos pensar o sujeito individualmente, mas pensar o sujeito coletivo, que emerge de diversos coletivos populares. Seguindo essa compreensão do espaço escolar e da diversidade que se encontra na sociedade e principalmente na EJA, avanço para outro ponto necessário de problematização. A questão do estereótipo e da generalização dos/as jovens em meio à diversidade cultural existente no espaço escolar.

Dayrell (2008) aponta que durante sua pesquisa questionou como a escola vê as/os jovens e afirma em análise que é comum que sejam vistos apenas como alunos “independente do sexo, da origem social, das experiências vivenciadas. Todos são considerados igualmente “alunos”, procuram a escola com as mesmas expectativas e necessidades.” (DAYRELL, 2008, p.4). Conforme Dayrell (2008) é possível perceber a existência do olhar generalizado e homogêneo para as/os sujeitos sociais inseridos na escola. Resumem-se meramente como alunos sem considerar as dimensões culturais que os diferenciam.

Talvez este seja um grande desafio para repensar o espaço escolar, o curso de EJA. Não apenas no sentido da desigualdade, mas para não reduzir os estudantes ao papel de “aluno” e reconhecer que o papel desses/as sujeitos vai além deste significado pronto e engessado, de ocupar uma cadeira para aprender apenas os conteúdos e as competências. São papéis de sujeitos diversos, coletivos, que detêm saberes de vida e especificidades diante da sua passagem no curso de EJA.

A aproximação entre os estudos da EJA e os de juventudes é que ambos ressaltam a necessidade de olhar para os sujeitos e valorizar a diversidade para superar a lógica de escolarização centrada somente no ensino de conteúdos dissociados do cotidiano. Pressuponho a partir destas questões que o espaço escolar vai além da reprodução de conhecimento, de competências e habilidades, ele pode ser pensado como um espaço que integra os conhecimentos e as especificidades de jovens, pois esses/as detêm perspectivas e expectativas para o futuro. Afinal, a passagem na escola é uma regra cultural das sociedades.

É na instituição de ensino básico que acontece o primeiro contato com os saberes considerados universais. Partindo desse pressuposto é necessário considerar o papel da escola como um lugar de formação também para traçar possibilidades na vida de jovens e não podemos desconsiderar suas experiências de vida, de coletividade e de socialização. Leão (2006) reflete nessa direção ao dizer que a família e trabalho influenciam na permanência de jovens na

escola. Ao se depararem com a realidade escolar e a realidade social e cultural que pertencem, surgem os conflitos ou a falta de sentido, ao qual, geram a evasão ou abandono.

Ou seja, “os alunos devem estar convencidos de que os esforços investidos na sua escolarização resultarão em determinados benefícios em termos de mobilidade social” (LEÃO, 2006, p. 36). Entende-se a *mobilidade social* citada por Leão (2006) como a possibilidade de se locomover socialmente no sentido da construção de suas identidades principalmente para conseguir o primeiro emprego ou melhores condições de vida como cidadãos. Porém muitas/os jovens, como é o caso da EJA, são trabalhadoras e trabalhadores que precisam conciliar o trabalho com os estudos, eis que surge o desafio de conseguir manter ambos perante este percurso. Leão (2006) afirma que:

A decisão entre continuar ou parar os estudos e a disposição maior ou menor para retomá-los depende de uma série de condicionantes que os próprios jovens interpõem aos planos de voltar à escola. Alguns associam conseguir um emprego ao voltar a estudar. Outros estão estudando, mas se envolvem minimamente com a vida escolar. (LEÃO, 2006, p.36)

Noto as diferentes perspectivas apontadas pelo autor durante sua análise do estudo feito com jovens pobres, sobre os sentidos da escolarização para eles/as. É notável que as dificuldades em criar sentido de permanecer na escola surjam através das questões subjetivas, sociais e culturais e, é preciso muitas vezes fazer escolhas até mesmo por sobrevivência. Ora, surge a grande tensão, pois a/o jovem ao se deparar com a escolha entre escola e trabalho se vê em um dilema em busca de uma saída.

Por um lado, o mercado de trabalho exige o diploma como garantia de permanência e muitas vezes para garantir um lugar, necessita de comprovação da competência do/a sujeito para exercer as tarefas. Por outro lado, a escola, ao se deparar com todas essas questões em torno desses/as sujeitos, não pode garantir que concluirá e/ou conseguirá obter o diploma, ou garantirá que saia e/ou consiga um emprego, ou um melhor emprego.

Contudo, pensar as juventudes, pensar o espaço escolar e as diversidades, inclui também dar visibilidade a esse conjunto, especificamente ao sujeito mulher, jovem, trabalhadora e estudante da EJA, diante da precariedade dos empregos oferecidos no mercado de trabalho, das dificuldades enfrentadas por carregar historicamente uma imagem frágil, que detém empregos considerados domésticos, do cuidado e de setores de serviços.

Acredito também ser relevante a contribuição dessa pesquisa na luta pela desigualdade da divisão social e sexual do trabalho feminino na sociedade. Tendo como ponto de partida a escola, no curso de educação de jovens e adultos, como um espaço de possibilidades para problematizar as experiências de trabalho e contribuir para a reflexão e ação no mundo dessas mulheres jovens.

- Desenvolvimento

O conceito de experiência no sentido humano da construção plural do sujeito se constitui

a partir de suas relações com o mundo, de sua realidade social, cultural e socioeconômica. Freire (1983) afirma que:

É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas. Conforme se estabeleçam estas relações, o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir” (FREIRE, 1983, p. 17-18)

Perante a reflexão do autor, entendo que os sujeitos têm uma relação plural com o mundo, e a experiência está ligada ao seu pensar e agir no mundo. As experiências que o ser humano vive permite que estes/as reflitam, compreendam e transformem suas realidades. Para Santos (2014) a partir de seu estudo sobre o conceito de experiência de Freire (1983), entende que:

A relação do homem com a realidade e o mundo implica transformação deste mundo. O produto desta “interação transformadora” condiciona as ações e reflexões seguintes. Nesse sentido, é natural que a experiência resulta em *práxis*, e deste modo, essa *práxis* é desenvolvida na experiência. Portanto, entendemos que, nesta linha de raciocínio, a experiência é o ponto de partida para uma reflexão existencial. Por isso, observamos a relevância e a necessidade de observação e pensamento sobre as próprias experiências, pois caso contrário, as capacidades de ação e reflexão sobre a prática que não são exercitadas se “atrofiam” e o homem perde a oportunidade de ser autêntico, crítico, transformar e melhorar seu ambiente de vivência. (SANTOS, 2014, p. 77)

Segundo a análise da autora, compreendo que a experiência resulta na *práxis* e ambas caminham juntas. O refletir e o agir são resultados das experiências humanas em seu círculo cultural e social. Nesse sentido, o trabalho surge como categoria de experiência inerente na vida cotidiana do ser humano. As experiências de trabalho das mulheres pouco escolarizadas há séculos vêm circulando em torno das tarefas domésticas que saem do lar para outros lares ou para setores do comércio.

O estudo de Hirata (1998) aponta a reprodução social de trabalhos feitos para mulheres na sociedade, como por exemplo, os trabalhos domésticos, trabalhos relacionados aos cuidados, trabalhos nos setores de serviços (atendente, telefonista, recepcionista, faxineira, etc.) dentre outros. Hirata (1998) afirma que a partir dos anos 1990 “notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços”. Ainda nos mostra que “essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina.” (HIRATA, 1998, p. 143).

É preciso considerar os avanços no sentido da emancipação das mulheres desde o período que Hirata (1998) realizou a pesquisa, principalmente na conquista por direitos à escolarização, direitos trabalhistas e de empoderamento em vários setores da sociedade, na visibilidade de gênero, na inserção em profissões antes ocupadas apenas pelo sexo masculino. Essas conquistas vêm se consolidando por intermédio das lutas feministas que emergem das classes

pobres. Porém ainda se vê a necessidade de grandes avanços neste contexto de direitos e reconhecimentos.

Uma autora que pode contribuir para apreender algumas questões historicamente sobre o trabalho das mulheres é Angela Davis, mulher negra, ativista, feminista. Davis fez parte do grupo Panteras Negras⁵ e também do partido comunista dos Estados Unidos. Também foi presa em 1970 por defender os direitos dos negros e negras no país e denunciar o racismo, o sexismo e o capitalismo como formas de opressão na sociedade. Foi também uma das militantes que conseguiu atrair um grande número de mulheres negras empregadas domésticas na busca por direitos. Hoje, aos 72 anos, é professora e filósofa no departamento feminista da Universidade da Califórnia, EUA (Estados Unidos da América). Davis (1981), no livro “Mulheres, Raça e Classe” questiona porque o trabalho doméstico é redefinido em um modelo que contemple a industrialização favorecendo o capitalismo, em suas palavras:

“Porquê a capa de silêncio envolvendo essa potencial redefinição da natureza do trabalho doméstico? Porque o capitalismo é hostil em relação à industrialização do trabalho doméstico. Trabalho doméstico socializado implica grandes subsídios do governo, com o objetivo de garantir acessibilidade para as famílias da classe trabalhadora, cuja necessidade de tais serviços é mais óbvia. Como o lucro de industrializar o trabalho doméstico seria reduzido- como todas as empresas não rentáveis- é algo a ser banido. Ainda assim a rápida expansão das mulheres no mundo do trabalho significa que cada vez mais mulheres não estão a corresponder ao padrão de donas de casa tradicionais. Dito de outra forma a industrialização do mundo doméstico, ao lado da socialização do trabalho de casa, está a tornar-se uma necessidade social. (DAVIS, 1981, p.159)

Em análise, compreendo que a autora aponta o trabalho doméstico como uma “necessidade social” no sentido de manter as mulheres de classes pobres vendendo sua força de trabalho naquilo que elas fazem melhor, continuar sendo donas de casa e ao mesmo tempo contribuindo para o crescimento econômico. Porém, a autora também aponta o crescimento das mulheres no mundo do trabalho. Resultado das lutas feministas por direito à educação e ao trabalho, desnaturalizando o estereótipo: mulher tradicional dona de casa.

A desconstrução dos estereótipos femininos interliga a realidade de uma sociedade que ainda conserva o olhar para as mulheres como reprodutoras, cuidadoras e frágeis. Conservar o papel da mulher de forma escravizada e desvalorizada tem suas origens historicamente. Angela Davis (1981) contextualiza a história das mulheres negras na era da escravidão. Conta as raízes da história por meio do relato das próprias mulheres negras e dos trabalhos a que eram destinadas, além dos abusos e da violência que lhes eram causados.

Falar das mulheres inclui resgatar essa história abusiva com as mulheres negras escravas.

5 Fundado em 1966, os Panteras Negras era um grupo revolucionário que defendia nas periferias os negros da violência policial. O movimento se espalhou pelos Estados Unidos criando um movimento que desafiou o FBI.

A era escravagista durou por muitos séculos não só no Brasil como em outros países do mundo. Davis (1981) levou anos de estudos para conseguir traçar as marcas que nos mostram hoje dolorosamente como as mulheres foram submetidas às mais precárias posições na sociedade desde o século XIX. Penso que atualmente essas marcas ainda influenciam no olhar da sociedade e também dos homens sobre as mulheres, com essa bagagem escravizada e desvalorizada.

Davis (1981) reflete que:

Se e quando um historiador contar corretamente as experiências das mulheres escravas ele ou ela terão feito um inestimável serviço. Não apenas pela acuidade histórica que esse estudo deve ser conduzido, mas pelas lições históricas dessa era escravagista e que poderá acender a corrente da batalha das mulheres negras e todas as mulheres pela emancipação. Como leiga, apenas posso propor um ensaio de ideias que podem possivelmente guiar um reexame da história das mulheres negras durante a escravatura. (DAVIS, 1981, p. 10)

Nessa reflexão a autora demonstra a importância de analisar e retratar a escravatura, no sentido de contribuir na luta não só das mulheres negras, mas da emancipação de todas as mulheres do mundo. As mulheres negras escravas realizavam trabalhos no campo, assim como os homens, a exploração do trabalho era a mesma, mas as opressões se davam de maneiras diferentes para as mulheres, os abusos sexuais, a exploração do trabalho doméstico e de serventia, etc. Davis contextualiza a condição das mulheres, e demonstra um admirável cuidado ao contar uma história tão delicada e sofrida. Um legado que deixou marcas inapagáveis humanamente falando:

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 1981, p. 11)

Os abusos e os maus tratos são presentes no século XIX. Passados dois séculos, os reflexos da escravatura são conservados de maneira exploratória no trabalho feminino, e pressuponho que para as jovens mulheres negras e pouco escolarizadas essa realidade é ainda mais cruel. Nessa direção, Perrot (2007) em seu livro “Minha História das Mulheres” nos mostra historicamente a vida das mulheres. No trecho citado adiante, retirado do capítulo 13, especificamente na parte sobre o trabalho das mulheres.

Atualmente, o setor terciário é o que mais cresce, oferecendo emprego para todos, principalmente para as mulheres, sendo que cerca de 75% das mulheres que trabalham o fazem nesse setor. A maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função

das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc. Pelo menos, era o que ocorria até os anos 1980-1990. Depois disso, a revolução informática mudou o jogo e modificou a repartição sexual dos empregos: o trabalho é mais técnico, mais solitário, mais masculino. Mais igualitário? A verificar. (PERROT, 2007, p.123)

Os pontos colocados por Perrot (2007) são condizentes com os estudos de Hirata (1998, 2002, 2010, 2016). Ambas retratam os trabalhos das mulheres na sociedade ao longo do tempo e na contemporaneidade. Percebo poucos avanços, e grandes desafios. A existência do racismo, da divisão sexual do trabalho são questões que ainda circulam fortemente na sociedade e a quebra dessas violências definem a luta do dia a dia da maioria das mulheres. Ainda há de se levar em conta o silêncio do medo que assombra ainda muitas delas.

As pessoas negras continuam sofrendo preconceito e racismo, e ocupando posições superexploradas no mundo do trabalho. Não há como fazer uma separação de gênero nesse aspecto, homens e mulheres negras não tem garantido o direito de emancipação após quatro séculos de escravidão. Ela ainda assombra e se mantém disfarçada sob o capitalismo.

Independente dessas questões que afetam ambos os gêneros, as mulheres ainda têm uma luta mais recente e exploratória. A existência do racismo e da divisão social e sexual do trabalho são questões que ainda circulam fortemente na sociedade e a quebra dessas violências definem a luta do dia a dia da maioria das mulheres. Ainda há de se levar em conta o silêncio do medo que atirge ainda muitas delas.

De acordo com Luz (2009) “a divisão sexual do trabalho é uma das formas da divisão social do trabalho”, ou seja, significa a divisão das atividades realizadas por mulheres e as atividades realizadas por homens.

Tal divisão associa, numa perspectiva macro, o trabalho das mulheres à esfera reprodutiva – espaço familiar no qual as atividades se voltam para a produção e manutenção da vida, buscando suprir as necessidades de sobrevivência familiar – e o trabalho dos homens ao âmbito produtivo – espaço público no qual se produz bens e serviços para a sociedade. (LUZ, 2009, p.152)

A autora também afirma que nas últimas décadas as mulheres vêm conquistando maior participação no mercado de trabalho, porém ainda existem lacunas sobre o fato de que os estereótipos históricos construídos são tão presentes. Na falta do reconhecimento das mulheres para além da divisão sexual e para as juventudes como um problema a ser sanado pela escola e pela sociedade.

No aspecto do avanço na participação das mulheres no mercado de trabalho, Hirata & Kergoat (2007) ressalta que não se pode gritar vitória ainda, “pois, simultaneamente a esse trabalho de construção teórica, entrou em declínio a força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho.” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 598-599). A autora aponta que o conceito é usado no discurso acadêmico no sentido de constatar os fatos, mas sem aprofundar teoricamente.

Dessa forma, percebo a necessidade de tal afirmação apontada pela autora em problematizar o conceito a fim de transformar essa realidade baseada na divisão sexual do trabalho. Percebo

como um desafio teorizar e assim, ir à busca dos fatos por meio das experiências vividas pelas mulheres jovens trabalhadoras da EJA. De acordo com Hirata & Kergoat (2007), a divisão social do trabalho possui modalidades⁶ que detêm de dois princípios. Em suas palavras:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Em síntese, a autora afirma que a forma naturalista se assume a partir do princípio de separação e do princípio de hierarquização em todas as sociedades. Essa naturalização parte de ideologias que legitimam e categorizam o gênero biologicamente. Ou seja, existe um papel social para os homens e para as mulheres. Luz (2009) traça com outras palavras a definição do conceito na mesma direção, porém sem o aprofundamento de Hirata & Kergoat (2007).

Hirata & Kergoat, afirmam que as modalidades e princípios nos ajudam a desmistificar a lógica de que há mudanças, mas nada muda efetivamente. Dessa forma, nos apresenta as novas configurações da divisão social do trabalho.

A autora aponta que a aparição dos “nomadismos sexuados” é a primeira configuração, no qual, significa o nomadismo do tempo e nomadismo do espaço. O tempo para as mulheres, o surgimento de trabalhos em tempo parcial relativo a períodos de tarefas dispersas no dia a dia. O espaço para os homens, trabalhos provisórios, na área de construção e obras públicas, etc, gerando mobilidade. O resultado dessa configuração é modelar as formas de trabalho e reforçar os estereótipos das relações sociais do sexo. (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 600).

- Considerações finais

Considero por meio das autoras que a naturalização dos trabalhos femininos e masculinos, mantém estereótipos que causam a divisão sexual dos trabalhos nas sociedades histórica e culturalmente. Apesar dos avanços e o ingresso das mulheres em profissões de nível superior, é preciso considerar que, para essas mulheres, a divisão se materializa na desigualdade salarial, na dificuldade de assumirem cargos de chefia e comando. Assim como a precariedade dos trabalhos femininos ainda é inúmera no mundo do trabalho.

Pressuponho que a EJA é um espaço que recebe, em sua maioria, mulheres trabalhadoras. Essas estão inseridas nos processos de divisão social e sexual do trabalho. Assim como Hirata (1998) nos mostra a reprodução dos trabalhos femininos na sociedade, Luz (2009) e Hirata & Kergoat (2007) nos apresentam por meio do conceito de divisão sexual do trabalho essa reprodução e novas modalidades que ainda sustentam uma naturalização dos estereótipos.

6 “Por “modalidades”, entendemos, por exemplo, a concepção do trabalho reprodutivo, o lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 600).

Compreendo que o trabalho feminino é considerado reprodutivo, assistencialista, para o cuidado, etc. Ao refletir sobre essas concepções e a partir de estudos encontrados, percebo que na EJA existem mulheres com esse perfil. Porém não possuem uma educação que as permita refletir sobre suas experiências no mundo do trabalho. Além disso, pressuponho que para essas mulheres a escolarização irá abrir novas possibilidades de emprego, ou permitir que mudem a realidade que se encontram. O trabalho feminino vive em constante plasticidade diante das possibilidades concretas e valorização do trabalho, diante da divisão social e sexual do trabalho.

As experiências de trabalho estão circulando de diversas formas na vida das pessoas, e essas/as estão inseridos/as em contextos históricos de classes e coletivos que fortalecem suas lutas cotidianas por direitos do trabalho. Diante dos estudos sobre juventudes em sua diversidade e do trabalho das mulheres carregados de estereótipos históricos, social e culturalmente, percebo o quão é importante articular uma discussão entre esses dois pontos.

Assim como, diante das indagações de Arroyo, bem como as considerações sobre o conceito de experiência, a meu ver, intensifica a necessidade de aprofundar nessas questões apontadas. Levando em consideração principalmente as especificidades do ser mulher, na condição de ser mulher jovem trabalhadora, estudante da EJA, e principalmente suas experiências relacionadas ao mundo do trabalho.

Os estudos feministas, principalmente na área da Educação e da Sociologia, vêm contribuindo para pensar o processo de emancipação das mulheres social e culturalmente. Nos trabalhos que alienam o ser mulher em suas tarefas cotidianas. Principalmente no sentido de desmistificar o papel delas, em compreender que o lugar das mulheres é onde elas quiserem.

- Referências

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 0, p. 1-108, 2007

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Grã Bretanha, The Women's Press, Ltda. 1982. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999. Disponível em: <https://eminclusao.files.wordpress.com/2013/01/dayrell-1996.pdf> >. Acessado em 15/04/2016..

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *Revista Organicom*, USP, 2008.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1981.

_____. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1989.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 16 fevereiro 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

LEAO, G. M. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.1, p. 31-48, jan./abr. 2006.

LUZ, Nanci S. da . **Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil**. Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR), v. 08, p. 25-47, 2006.

PERROT, Michelle. **Escrever a história das mulheres**. In: Minha História das Mulheres. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

5 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

Realização



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO



Apoio



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coparticipação

FADECIT.
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS